

GRUPO TERAPEUTICO EM UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE PELOTAS

ANDRÉ LUIZ JOUSSEF CARVALHO¹; SUELEN LEMONS CLASEN²; HUDSON W. DE CARVALHO³

¹Universidade Federal de Pelotas – andreluiz.klop@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – suelenlemonsc@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – hdsncarvalho@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O Grupo Terapêutico vinculado ao Serviço de Atendimento Especializado de Pelotas (SAE-Pelotas) visa ofertar assistência psicológica a pacientes portadores de HIV/AIDS que estão em tratamento ambulatorial para o controle da infecção. Essa ação surgiu a partir dos estágios curriculares específicos I e II (promoção e prevenção em saúde) e agora segue como um projeto de extensão vinculada ao Curso de Psicologia da UFPel.

O grupo é localizado nas dependências do Ambulatório Geral da Faculdade de Medicina da UFPel, no SAE-Pelotas, nomeado recentemente de Denise dos Santos Simões. O SAE-Pelotas provê atendimento com enfermeiras, psiquiatras, obstétrica/ginecologista, dermatologista, infectologistas, assistente social e recentemente atendimento psicológico pelo Curso de Psicologia da UFPel.

Devido ao aumento da demanda de assistência a pessoas portadoras de HIV/AIDS, o governo criou diversas políticas públicas para responder as necessidades da população. O Serviço de Assistência Especializada, conhecido com SAE, está implementado em diversas cidades do país. Ele surgiu no Brasil a partir de 1994 (Silva, 2007), de forma descentralizada, com financiamento do Ministério da Saúde para as coordenações locais de DST e AIDS de cada cidade.

Segundo o Ministério da Saúde (2005) o objetivo dos serviços ambulatoriais em HIV/AIDS é garantir qualidade e integralidade de atendimentos aos usuários, através de equipes multiprofissionais contando com médicos, psicólogos, enfermeiros, farmacêuticos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outras. Dentre as diversas atividades desenvolvidas, pode-se citar o apoio psicológico, consultas com as/os infectologistas, medicação antirretroviral e realização de exames.

O desafio foi implementar um grupo terapêutico que abordasse todas questões trazidas pelos participantes, construindo, desse modo, um grupo terapêutico centrado nas demandas emergentes. Assim, os participantes estariam livres para conduzir, junto aos terapeutas, os caminhos do encontros.

O ministério da Saúde (2012) identifica como a maior vantagem de grupos em serviços de saúde é o compartilhamento de vivências de desafios e dificuldades, além de promover o sentimento de pertencimento social. E foi esse o principal aspecto considerado para a realização do grupo, a ideia de proporcionar troca de experiências entre as pessoas atendidas no SAE e fortalecer os vínculos sociais das/os pacientes, que são sempre enfraquecidos pelos estigmas relacionados ao HIV/AIDS.

Para compreender melhor a prática profissional da psicologia é importante fazer uma integração das políticas públicas e das atividades realizadas. Essa união da teoria e pratica proporcionam as/aos estagiárias/os de psicologia a realização de intervenções conscientes e politicamente engajadas, visando sempre uma prática

integradora e que potencialize as/os sujeitas/os atendidas pelas políticas públicas em HIV.

2. DESENVOLVIMENTO

Para a realização do grupo foram realizadas entrevistas iniciais com as/os pacientes ou encaminhamentos feitos pelas/os estagiárias/os da clínica e médicos/as infectologistas e psiquiatra.

As/os integrantes foram convidadas/os a participar e orientadas/os em relação as informações básicas. O grupo teve encontros todas as quintas-feiras, das 15h às 16h no ambulatório, mas a partir do segundo semestre de 2017 o horário mudou e ficou das 16h às 17h.

A modalidade do grupo é aberta, pessoas podem se integrar a qualquer momento nos encontros. A dinâmica acontece de forma horizontal, na qual a mediação é realizada entre todas/os participantes. A temática também é livre e de demanda espontânea, assuntos relacionados ao HIV são abordados, mas não são regras em todos os encontros. De acordo com o Ministério da Saúde (2012, p. 88) este grupo tem aspectos de ajuda mútua, caracterizado pelo “intercâmbio recíproco e voluntário de recursos e serviços para o benefício das partes envolvidas”.

O grupo se manteve pequeno, com cerca de quatro a cinco participantes por semana e no início isso causava um pouco de frustração com os estagiários que de início não tinham a visão prática, com o passar das semanas a frustração sumiu a medida em que o grupo se tornou bem unido, e com uma dinâmica diferente do que seria caso fosse maior, a quantidade e assiduidade possibilitaram vínculos que se mantiveram fora do grupo quando alguns participantes não puderam mais acompanhar as sessões.

3. RESULTADOS

A partir das atividades desenvolvidas dentro do grupo, do contato dos pacientes entre si e com os estagiários, pôde-se observar através dos relatos diversas melhorias na qualidade de vida dos participantes.

Durante as atividades notou-se uma criação de vínculos entre os frequentadores, o qual possibilitou que os mesmos se encontrassem em momentos fora dos horários do grupo para conversar e se ajudar. O grupo também se torna um local de interação, de troca de experiências gerais e outras atravessadas pelo estigma do HIV/AIDS, como o encontrar pessoas conhecidas no ambulatório, os modos de retirada de medicamento, as consultas, tudo podia ser pauta para troca e mitigação de ansiedades.

Ansiedades estas que, em muitos casos, advinham da falta de conscientização da população em relação ao HIV. Os próprios portadores que, em comunicações através de grupos em mídias sociais, passavam todos os tipos de informações equivocadas e alarmistas, o que aumentava a internalização do estigma e limitavam muito as possibilidades de relação.

4. AVALIAÇÃO

A psicologia é uma área importante dentro das políticas públicas em HIV, o papel das/os psicólogas/os é fundamental para a efetivação dessas práticas. De acordo com Perucchi et al. (2011), as/os profissionais precisam sempre refletir sobre

maneiras de deixar suas práticas mais potentes. Dentro dessa perspectiva, a psicologia vem mudando e atualmente não pode mais contribuir para práticas patologizantes.

O papel das/os psicólogas/os é amplo e pode variar de acordo com o campo de atuação. Perucchi et al. (2011) identificam a importância na identificação de vulnerabilidades, promoção dos direitos humanos e olhar à subjetividade das pessoas soropositivas.

A atuação das/os psicólogas/os nas políticas públicas em relação ao HIV é norteada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), documento gerado pelo Conselho Federal de Psicologia, que pretende ajudar na atuação profissional das/os psicólogas/os. O objetivo do documento é de regular o exercício profissional e promover a qualificação técnica das/os psicólogas/os que trabalham no Programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde.

Em qualquer que seja a política pública de HIV, a atuação das/os psicólogas/os é muito variada e extensa. Diversas ações podem ser realizadas, principalmente na área de prevenção e promoção de saúde das pessoas soropositivas. Geralmente a ênfase está no tratamento e na prevenção (CREPOP, 2009), variando com o local de atuação da/o profissional.

Em políticas públicas em HIV orienta-se a prática multiprofissional, onde as/os profissionais de todas as áreas de conhecimento se integrem e desenvolvam intervenções conjuntas. Além disso, percebe-se que é necessário que as/os psicólogas/os mantenham uma formação continuada, sempre em busca de novos conhecimentos para dar conta das demandas.

Dentro das áreas da saúde, o paradigma da biomedicina ainda deixa seus traços, por mais que a perspectiva tenha mudado, principalmente com os preceitos do SUS. De acordo com Perucchi et al. (2011), a psicologia tem que deslegitimar os discursos universalizantes, compreendendo as diversas subjetividades de cada pessoa que é atendida pelas políticas públicas em HIV, percebendo seus compromissos sociais.

As/os psicólogas/os necessitam, de acordo com Perucchi et al. (2011), observar a saúde numa perspectiva ampliada, onde suas intervenções sejam transformadoras das pessoas tanto em suas vidas pessoais quanto em sua coletividade. Isso colabora com uma prática em que as/os sujeitas/os sejam consideradas/os como seres vinculadas/os ao seu contexto social, cultural, espiritual e, naturalmente, com suas comunidades.

As/os psicólogas/os podem realizar aconselhamentos antes e depois da realização dos testes, fazer a distribuição de preservativos e desenvolver materiais informativos. Outras possibilidades estão relacionadas ao campo de pesquisa, publicações e atividades de ensino, que contribuem para as informações referentes à doença e seus elementos relacionados.

A prática da conversa é fundamental para que as pessoas consigam significar os acontecimentos, principalmente após receber o diagnóstico de soropositividade. De acordo com o Ministério da Saúde (2012) a conversa é uma ferramenta de trabalho em saúde, e ajuda as pessoas na organização de si mesmo e dos outros, sendo assim uma facilitadora de ressignificar a doença e se adaptar ao novo estilo de vida. Dentro dessa perspectiva a psicologia pode usar a ferramenta da conversa em diversas situações, para ajudar as pessoas a significar o momento pelo qual estão passando.

O Ministério da Saúde orienta (2012) o aconselhamento como importante antes e depois dos resultados positivos de HIV. É reconhecido as mudanças que

acontecem na vida das pessoas, sendo possível papel das/os psicólogas/os informar sobre HIV, tratamento e do cuidado pessoal. Além disso é possível considerar outros aspectos como projetos de vida, inclusão social e fortalecimento de redes de apoio.

Para um maior entendimento da prática das/os profissionais de psicologia no campo das políticas públicas em HIV, o manual do CREPOP (2009) localiza alguns desafios no campo em questão. Os desafios citados estão relacionados “desenvolvimento da prática profissional, questões administrativas, questão dos serviços, trabalho em equipe multiprofissional e em rede, número de psicólogas/os e sobrecarga de trabalho [...]”.

A atuação da psicologia neste campo não diz respeito somente à prática em si, mas também é possível, de acordo com Perucchi et al. (2011) “problematizar e propor estratégias governamentais que ultrapassem os discursos de culpabilização e preconceito”. Desse modo, pretende-se orientar uma psicologia ativa no processo de mudança nos paradigmas da sociedade, principalmente numa visão ampla das/os sujeitas/os e sem preconceitos.

É evidente que na prática profissional as/os psicólogas encontram ainda mais desafios, pois lidam diretamente com diversas subjetividades distintas, não somente dos pacientes como de suas equipes e instituição. Diante das dificuldades é preciso desenvolver ferramentas para uma prática criativa, de maneira a resistir a engessamentos e padronizações de pessoas e situações. É preciso pensar em uma prática política, na qual se proporcione o empoderamento das pessoas e que consigam ser vistas como sujeitas/os complexos, respeitadas/os em sua diversidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP. (2009). Práticas Emergentes e Inovadoras de psicólogos(as) no campo das DST/AIDS. Práticas em Psicologia e Políticas Públicas, 1. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Ministério da Saúde. Serviços de assistência ambulatorial em DST/HIV e AIDS e Serviços de assistência especializada em DST/HIV e AIDS (SAE). Brasília, DF: O ministério; 2009.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. Contribuição dos centros de testagem e aconselhamento para universalizar o diagnóstico e garantir a equidade no acesso aos serviços. Brasília, DF: O Ministério; 2008.
- Ministério da Saúde. Serviços de assistência ambulatorial em DST/HIV e AIDS e Serviços de assistência especializada em DST/HIV e AIDS (SAE). Brasília, DF: O ministério; 2009.
- PERUCCHI et al. Psicologia e políticas públicas em HIV/AIDS: algumas reflexões. Psicologia & Sociedade, 23(n. spe.), 72-80, 2011.
- SILVA, Carla Glenda Souza da,. Serviço de Assistência Especializada (SAE): Uma Experiência Profissional. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2007, 27 (1), 156-163